

A CASA RURAL DO BAIXO MINHO (1750-1810)

The rural house of Baixo Minho (1750-1810)

OLANDA BARBOSA VILAÇA

<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862016000100013>

Olanda Barbosa Vilaça é doutora em História Moderna pela Universidade do Minho e professora do ensino básico e secundário em Portugal (olanda.vilaca@gmail.com).

Artigo recebido em 28 de outubro de 2015 e aprovado para publicação em 21 de março de 2016.

RESUMO

A casa rural do Baixo Minho, em Portugal, no período 1550-1810, para além de se afirmar como um elemento do complexo agrícola, desempenhava um papel crucial na sociedade em questão graças aos sentimentos de pertença e de identidade que se transmitiam de geração em geração. Desse modo, através da análise de 600 inventários orfanológicos e testamentos apensos, complementada com um levantamento fotográfico exaustivo das habitações rurais, procuramos estudar os elementos arquitetônicos e as divisões internas da casa minhota no Antigo Regime, analisando as diferentes funcionalidades e usos do espaço enquanto possíveis elementos de diferenciação entre o privado e o público.

PALAVRAS-CHAVE: inventário orfanológico; testamentos; casa rural; patrimônio.

ABSTRACT

This study analyses the rural house of Baixo Minho, Portugal (1750-1810), observing the architectural elements and the internal divisions, examining the different features and uses of space as possible elements of differentiation between private and public. In order to do it, we use as main sources *post-mortem* inventories (600), last wills and photographs of homes in demolition.

KEYWORDS: post-mortem inventories; last wills; rural house; heritage.

RESUMÉ

L'article analyse la maison rurale du Baixo Minho, au Portugal (1750-1810), en ce qui concerne ses éléments architecturaux et ses divisions internes, et examine les différentes fonctions et utilisations de l'espace comme des *éléments* possibles de différenciation entre le privé et le public. Pour ce faire, on examine les informations de plusieurs sources, telles que des inventaires après décès, des testaments et des photographies de maisons en démolition.

MOTS-CLÉS: inventaires après décès, testaments, maison rurale, héritage.

“C

asa”, segundo Rafael Bluteau, era “uma morada de casas, edifício, em que vive huma família, com seus móveis, & alfaias, amparada das injúrias do tempo” (vol. II, 1712-1728: 172). Para António de Moraes Silva, “casa” significa, para além do referido por Bluteau, “uma peça, ou quarto de edifício” e, no sentido figurativo, “geração, família” (vol. I, 1813: 355). O termo “casa” remete para muitas coisas ao mesmo tempo: o espaço, a riqueza, a família, a linhagem, o lar, a sociabilidade. Em suma, para o homem (Durães, 1987: 81).

Na aceção mais elementar, a “casa” é em primeira instância um abrigo, o espaço principal de proteção do homem em face dos seus pares, dos animais, assim como das variações climáticas (Roche, 1998: 96-97). Para além de um espaço físico, a “casa” apresenta-se como uma unidade de produção, instrumento de trabalho e, como realça João Pina-Cabral, unidade de poupança (1987: 153). No período moderno seria inconcebível reduzir este conceito a uma estrutura habitacional ou à sua materialidade; a casa afirma-se como “unidade social primária” e, como sublinha Jacques Peseu-Massabuau, o “teatro da vida familiar” (1983: 79; Pina-Cabral, 1989: 153).

A sociedade minhota procurou transmitir de geração em geração um sentimento de pertença e identidade através de práticas sucessórias que procuravam manter o seu carácter económico, social e afetivo. Na verdade, a imaterialidade da casa sobrepunha-se à importância material. A sua permanência na família ao longo das gerações tinha subjacente o respeito pelo nome da família, pelos seus antepassados, o qual era transmitido aos seus descendentes. Mais que uma necessidade económica era um indicador da posição social do indivíduo na sociedade em que estava inserido; servia de regulador na definição da hierarquia social do Setecentos. A casa carrega um nome, uma história, uma relação de intergeracionalidade que é transmitida através da sucessão e da partilha da herança; como símbolo de poder, definiu hierarquias no interior da família e na sociedade, constituindo “a unidade de base e de elo de ligação entre o indivíduo e a comunidade” (Roche, 1998: 98; Durães, 1987: 82).

A “casa” do Baixo Minho é, no nosso caso concreto, a casa rural. O estudo da casa rural portuguesa tem merecido a atenção da etnografia, da geografia, da arqueologia e da história. A casa rural destaca-se pela sua capacidade de se transformar em “alfaia agrícola” (Demangeon, s/d: 15; Collomp, 1990: 507); é influenciada pela necessidade de se adaptar à

exploração fundiária no que concerne ao tamanho, à distribuição e organização espacial dos alojamentos das pessoas e das dependências secundárias, nomeadamente as cortes para os animais, as lojas de arrumação para os produtos e para as ferramentas agrícolas (Oliveira, Galhano, 1998: 15).

Para Albert Demangeon a casa rural não se tipifica tendo em conta os materiais de construção ou a sua forma exterior, mas segundo “o seu plano interior” que resulta da relação triangular homem/gados/coisas, ou seja, da sua função agrícola (s/d; 15). É a partir desta relação que nos propomos analisar a casa rural. O nosso estudo centrar-se-á na materialidade da casa, a qual não deixa porém de adquirir a forma de “linguagem social”, transmitindo “significados socioculturais e ideológicos” que identificam os distintos grupos sociais (Rodrigues, 1999: 24).

METODOLOGIA E ENTRAVES AO ESTUDO DA CASA RURAL

Resgatar as casas de gente mais modesta no Baixo Minho foi um desafio. Como salienta Maria da Conceição Falcão Ferreira, “são as grandes obras públicas as mais conhecidas, quer pela disponibilidade de fontes, quer pela perenidade das edificações e reedificações” (2001: 460). Se as dificuldades são perceptíveis no tecido urbano de qualquer vila, tendem a aumentar quando se trata de abordar a construção rural. Pormenores relativos aos materiais utilizados nas construções, às divisões internas e à especialização dos espaços são escassos na documentação, embora a inventariação e descrição das benfeitorias levadas a cabo pelos proprietários e o levantamento fotográfico que efetuamos colmatem algumas lacunas.

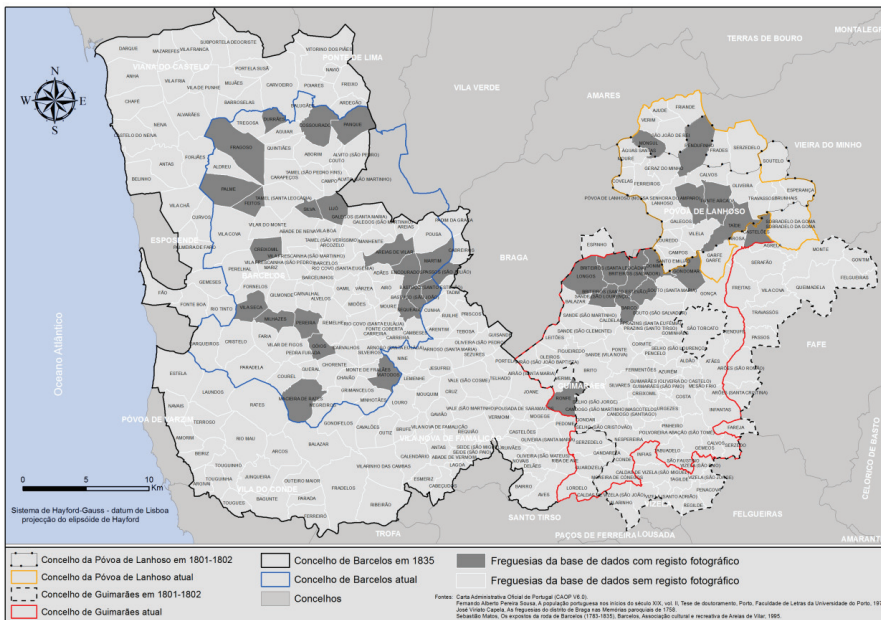
O levantamento fotográfico obedeceu a dois critérios: preferimos casas que não foram objeto de transformação recente e que se situassem nas freguesias que constam na nossa base de dados.

O trabalho de campo foi recheado de obstáculos. Em primeiro lugar, foi lamentável verificar o estado de degradação das edificações, na sua maior parte abandonadas: como dizia uma senhora anônima de São Cláudio de Barco, “morrem os donos, morre a casa”.¹ As ervas daninhas vão cobrindo como uma espécie de manto as grossas paredes de pedra. Os materiais mais perenes, como a madeira, não resistiram, tanto às intempéries da natureza como dos próprios herdeiros que as amputaram ano após ano. De muitas casas observadas só restam as paredes exteriores; o silêncio impera no que concerne aos testemunhos da especialização dos espaços; restou uma ou outra viga de madeira, e algumas marcas da estrutura arquitetônica.

Com o passar das gerações, a pequena casa rural, térrea ou de sobrado, foi perdendo significado, deixando de constituir elemento de identificação familiar e social. Por isso, mais

importante do que manter umas paredes ao alto sem utilidade, o espaço ocupado pela casa foi rentabilizado através do aumento da área cultivável. As conversas desenvolvidas pelos atuais herdeiros das pequenas casas rurais revelam que a maioria das edificações ainda se encontra de “pé” devido às desavenças entre eles. Caso contrário, restariam apenas memórias e talvez alguns registos notariais. Para além da perda de significado cultural e da pressão agrícola, as pressões urbanística e industrial, sobretudo nas freguesias do Vale do Ave do concelho de Guimarães, constituíram outros motivos do desaparecimento da pequena casa rural, prevalecendo apenas as casas senhoriais e as de grandes lavradores.

Mapa 1: Enquadramento geográfico do levantamento fotográfico



Como se observa no mapa 1, poucas foram as freguesias (6,2% do total da amostra) onde pudemos obter registos fotográficos da casa rural do pequeno e médio camponês. Poucas foram, também, as casas fotografadas com inscrições que as permitissem datar. Desse modo, na identificação temporal muito nos valeram os testemunhos orais da população mais idosa, que recordou com saudade um tempo guardado nas suas memórias. À casa, associaram o nome de uma família, sua ou não, e os diversos proprietários que por lá tinham passado. Foi a partir destes testemunhos orais que identificamos aproximadamente a cronologia da maioria das edificações.² Algumas das casas fotografadas não são da segunda metade do século

XVIII, mas do século XIX. É de notar que a construção das casas tendia a seguir modelos tradicionais. Como salienta Braudel, “uma casa, seja ela qual for, dura e não para de testemunhar a lentidão de civilizações, de culturas obstinadas em conservar, em manter, em repetir” (Braudel, vol. I, 1992: 230). Dessa forma, consideramos as edificações que não se inscrevem de forma cabal no nosso período cronológico. Além disso, as casas são relativamente semelhantes ao padrão encontrado nos inventários, sobretudo no nível das características arquitetônicas e dos materiais empregados.

TIPOLOGIA DA CASA RURAL

Importa em primeiro lugar esclarecer que não foi possível calcular as superfícies da casa rural minhota devido à ausência de dados quantitativos na documentação e também à impossibilidade de visitar o interior da maior parte dos edifícios fotografados.

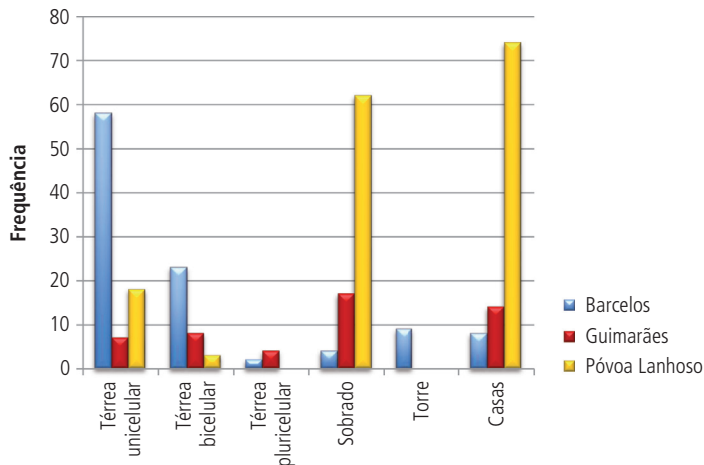
Muito embora não discordemos da classificação clássica adotada por Albert Demangeon – casa bloco e casa pátio – optamos por usar a terminologia da fonte: casa térrea, de sobrado ou casa-torre.³ Quando o inventário não refere estas designações, usa apenas o termo “casas”. Verificou-se também que no concelho da Póvoa de Lanhoso algumas casas foram denominadas “casas da vivenda” e nos concelhos de Barcelos e de Guimarães de “morada de casas”. Estas designações tanto as encontramos nas casas de sobrado como nas casas térreas.⁴

A tipologia da casa rural do Baixo Minho segue as tipificações adotadas por Manuel Sílvio Alves Conde para a habitação urbana do sul para finais da Idade Média. O autor tipifica as casas em três espécies, a saber: a mais elementar, de um só piso e uma única divisão; a de piso único e duas divisões e, finalmente, a de dois pisos e duas divisões. Maria da Conceição Falcão Ferreira encontrou a mesma tipologia no seu estudo sobre Santarém no século XV (Ferreira, 1998: 468). No entanto, apesar das semelhanças entre a casa rural e a casa urbana no que concerne à tipologia e ao número de divisões, elas são distintas, uma vez que a casa rural é concomitantemente, como já sublinhamos, um “utensílio de exploração agrícola” (Ribeiro, 1989: 857). Nos inventários orfanológicos poucas foram as referências à casa rural, térrea ou de sobrado, da qual não constassem os anexos de complemento à atividade agrícola (cortes, palheiro, coberto, eira, o rexió, quinteiro, etc.).⁵ Estes anexos formavam, com a habitação, um conjunto, ladeado, na maioria dos casos, por um muro de pedra com o seu portal fronho ou portal de carros.⁶

A classificação das casas nos inventários teve em consideração o número de pisos e de compartimentos ou divisões. Para apurarmos a referida classificação servimo-nos também da definição de António de Moraes Silva, segundo a qual “casa” era “uma peça, ou quarto de

edifício”. Esta definição serviu sobretudo para classificar as casas térreas: unicelular, bicelular e pluricelular. Desse modo, consideramos como casa térrea unicelular as casas que foram inventariadas de “casa térrea” sem referência à cozinha. Trata-se da casa mais elementar, com um só compartimento. Quando a documentação refere casa térrea e cozinha, classificamos essas casas como bicelulares. Assim como as casas “repartidas pelo meio”, uma vez que eram constituídas por dois compartimentos.⁷ Por último, classificamos de pluricelulares as casas inventariadas com referência a mais de duas casas térreas. Por exemplo, “três casas térreas”. Como consideramos cada casa um compartimento, neste exemplo concreto seriam não três casas térreas distintas mas uma casa térrea com três compartimentos. Contrariamente, no inventário de Manuel de Almeida, da freguesia de São João de Caldas, os louvados inventariaram “três moradas de casas térreas cada uma com seu cortelho”.⁸ Neste caso concreto, cada casa térrea diz respeito a uma habitação independente.

Gráfico 1: Tipologia da casa rural nos inventários orfanológicos (1750-1810)



Amostra: Total das casas inventariadas: 311.

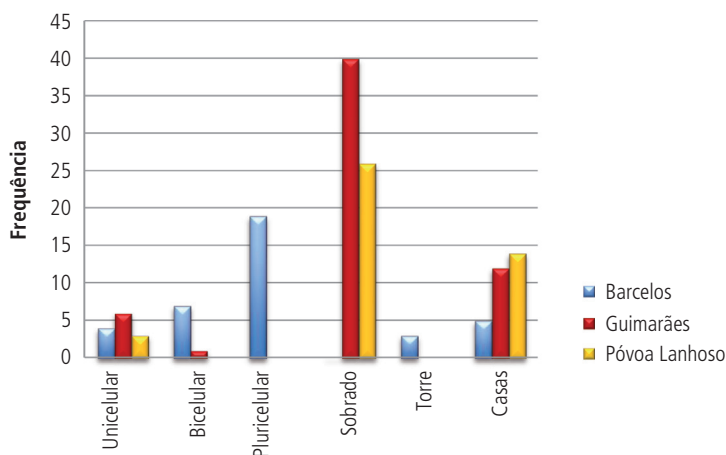
Nesta amostra não estão representadas as casas que pertenciam aos casais.

Fontes: ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

A casa térrea, independentemente do número de compartimentos, representou 40% do universo da amostra, destacando-se os inventários do concelho de Barcelos com 67,5% da sua representatividade (Guimarães com 15,4% e Póvoa de Lanhoso 17,1%). A casa de sobrado 27%; a casa-torre 3% e as casas sem referência à tipologia, 30%. Relativamente à casa térrea, a unicelular predominou em 67% dos casos, com maior incidência no concelho de Barcelos.

Partindo do gráfico 2, observa-se que no mesmo concelho não houve nenhuma ocorrência de casas de sobrado. De fato, os inventários do concelho de Barcelos, como se verificou, eram constituídos, no geral, por patrimônios mais modestos e as casas confirmam essa tendência. O mesmo se diga relativamente aos concelhos de Guimarães e da Póvoa de Lanhoso mas sob outro prisma, isto é, patrimônios mais avultados, traduzidos em casas de melhor qualidade. Nestes dois concelhos as casas de sobrado, dentro e fora dos casais, foram as mais inventariadas.

Gráfico 2: Tipologia da casa rural nos casais inventariados (1750-1810)



Amostra: Total de casas: 140.

Fontes: ADB, AMAP, "Judicial Antigo".

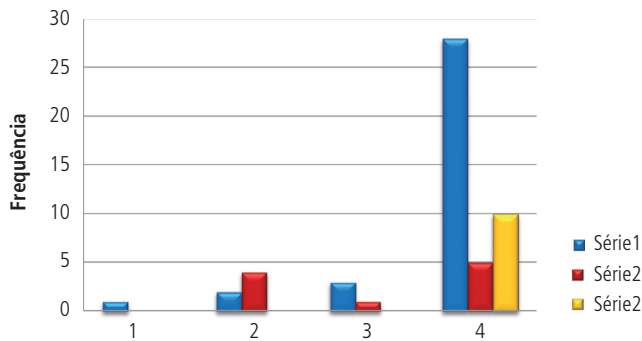
No que concerne ao levantamento fotográfico, a casa térrea está escassamente representada, inclusive no concelho de Barcelos; por outro lado, há uma maior representatividade da casa de sobrado nos três concelhos. As casas térreas têm menos valor econômico e arquitetônico, pelo que tendem a ser demolidas com mais facilidade.

Como se observa no gráfico 3, do universo total, 70,6% das casas são de sobrado. No entanto, importa sublinhar que, dentro desta tipologia, destacaram-se as casas de sobrado bicelular e pluricelular. Todavia, nota-se que alguns compartimentos, sobretudo os que se encontram nas varandas, teriam sido feitos em datas posteriores à construção.

A casa térrea unicelular teria um único polo de organização espacial. Esta tendência não se limitou ao Baixo Minho e à casa rural, mas de igual modo à casa urbana. Jean-Louis Flandrin sublinha que no século XVIII, em Lyon, quase metade dos alojamentos dos artífices e operários só tinha um compartimento (1995: 101). Mas, como adianta Alain Collomp, este gênero de habitação era comum em várias aldeias da Europa (1990: 519). A precariedade

habitacional estendeu-se à Europa em geral, porém, em algumas regiões, verifica-se um maior desenvolvimento. Como adianta John Moore, que estudou a casa rural inglesa do século XVIII e concluiu que os camponeses ingleses viviam em casas com várias divisões. Os próprios jornalistas se beneficiavam de pelo menos dois compartimentos, contrariamente a algumas famílias de camponeses franceses que viviam em casas com um só compartimento (Moore, 1988a: 10).

Gráfico 3: Tipologias das casas fotografadas nos concelhos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso (1750-1810)



Amostra: Total de casas: 61.

Fonte: Imagens do autor.

No mesmo espaço cozinha-se, come-se, repousa-se, ou seja, num único espaço desenvolvia-se a “totalidade das relações próprias do habitar” (Mestre, 1998: 95). Muitas vezes na companhia dos animais domésticos. Esta miscelânea de coabitação homem/animal permanece ainda na memória dos mais velhos, de que é exemplo a Sra. Maria da freguesia de Martim, concelho de Barcelos, que numa das conversas quando das nossas andanças pelas freguesias do concelho referiu o seguinte: “Ainda eu era criança, havia aqui uma casa em Martim muito antiga com uma única divisão que ao lado da lareira estavam o porco e as galinhas. Pais e filhos dormiam e comiam juntos com os animais”.⁹

A casa térrea unicelular sugere, nos dizeres de Victor Mestre, “um modo de habitar primitivo” (Mestre, 1998: 95); no chão de terra batida a lareira era o polo aglutinador das vivências do quotidiano; à sua volta descansava-se, repousava-se, cozinha-se e come-se. Por exemplo, no inventário da Senhorinha Francisca, datado de 1799, declarou-se que a inventariada possuía uma casa térrea unicelular na qual acomodava um conjunto de móveis descritos pelos louvados por “lume”, “um catre velho”, “uma mesa de sentar ao lume”, “dois bancos de cama de sentar ao lume”, “uma cama” e “duas caixas”.¹⁰ Todos estes móveis estavam distribuídos por um único compartimento. Esta descrição confirma, por um lado, a

multifuncionalidade do mobiliário, por exemplo: a mesa servia para comer e para sentar, os bancos para descansar e repousar. Por outro lado, a lareira constituía o centro da vida familiar e rodeava-se de muitas crenças e superstições (Sarti, 2001: 165).

Figura 1: Casa de Sezures (Creixomil, Barcelos)



Na figura 1 está representada uma casa térrea unicelular de 1856, sita na freguesia de Creixomil, concelho de Barcelos. Segundo o proprietário, Sr. António Eiras Novais, muito embora se designe de casa de Sezures, a referida casa pertencia à casa principal, essa sim, casa de Sezures, casa de sobrado, da qual não dispomos de referências devido às transformações a que foi sujeita ao longo dos anos. Como se observa, a casa representada era simples, de planta retangular, em pedra, com pouca iluminação e sem chaminé. Estas características aplicam-se não só à casa térrea unicelular como às demais casas térreas e também, como iremos observar, às casas de sobrado.

A casa térrea bicelular, como a própria designação indica, era constituída por dois compartimentos: a cozinha e quarto, como frequentemente foi referido nos inventários, testamentos e nos testemunhos orais. Todavia, importa sublinhar que no Antigo Regime a palavra “quarto” tinha uma acepção distinta da que hoje conhecemos; significava compartimento de habitação, qualquer que fosse a sua funcionalidade (Collomp, 1990: 20). No entanto, nas reservas testamentárias do testador Domingos Vieira, da freguesia de Fontarcada, verificou-se que uma das funcionalidades do quarto era dormir: “é minha vontade que minha mulher e meu testamenteiro reservem para morar ambos a cozinha e a varanda e o quarto donde ele de presente dorme e todo o sobrado e uma corte para os sevados”.¹¹

Figura 2: Casa dos Roxos (Vila Seca, Barcelos)

Na figura 2 está representada uma casa térrea bicelular sita na freguesia de Vila Seca, concelho de Barcelos, da primeira metade do século XIX. Muito embora não tenhamos percepção da existência de dois compartimentos, do lado direito, na parte da janela era a cozinha, como testemunha ainda hoje o telhado, no qual ainda se podem ver as telhas levantadas e, do lado esquerdo, um compartimento que o atual proprietário designa por quarto. Este compartimento seria multifuncional. As características da casa térrea bicelular não diferiram da anterior (Casa de Sezures). No nível arquitetônico são muito semelhantes: planta retangular, uma porta, uma pequena janela, ausência de chaminé etc. No entanto, algo as diferencia: embora de forma muito tênue, a casa térrea bicelular denota algum indício da especialização dos espaços uma vez que nela se esboça uma cozinha.

As informações relativas a casas pluricelulares foram muito parcas. Como se exemplifica no inventário de Maria de Miranda, de 1755, da freguesia de São João de Vila Boa, do seu patrimônio fez parte um conjunto de "quatro casas térreas com pardieiros, quinteiros, cortes com o seu portal fronho liso".¹² Estas quatro casas seriam quatro compartimentos que juntos constituíam uma morada de casas, e nas suas imediações ou de forma contígua estariam as cortes, os pardieiros, os quinteiros, tudo fechado com o seu portal fronho. Não obstante, devido à imprecisão da fonte, não podemos descartar a possibilidade de essas dependências para o gado estarem contabilizadas entre as "quatro casas térreas" referidas.

A casa é numa primeira instância símbolo da categoria social a que se pertence, embora nem sempre. Não raras vezes a casa ofuscou a verdadeira categoria social dos seus proprietários: se a maioria das casas térreas inventariadas pertencia a famílias modestas, casos houve em que os inventariados que habitavam em casas térreas possuíam um patrimônio em bens fundiários mediano. Estas situações ocorreram sobretudo nos proprietários mais envelhecidos, cujos filhos já se encontravam casados. Só um agregado reduzido, de um casal e filhos menores, é que se poderia alojar numa casa térrea unicelular; os filhos mais velhos, como adianta Alain Collomp, teriam de habitar noutros locais ou emigrar (1990: 511).

Não obstante, as casas térreas pertenciam a inventariados que, para além da casa, pouco mais possuíam; uma ou outra leira, a horta e algumas árvores de fruto. Veja-se o exemplo do inventário de Manuel e sua mulher Maria Teresa realizado em 1798. O seu património imóvel era constituído por umas "casas térreas colmadas, quinteiro, horta e nela duas oliveiras" e avaliado em 24.000 réis; o mobiliário deste casal com três filhos menores resumiu-se a um catre tosco avaliado em 250 réis.¹³ De uma forma geral, o mobiliário foi muito escasso, e por isso os exíguos espaços da casa eram muitas vezes suficientes para acomodar os móveis, mas nem sempre para albergar todos os elementos do agregado.

A casa de sobrado, tal como a casa térrea, era de "linhas singelas e de pedra".¹⁴ Segundo a documentação escrita, o sobrado do camponês minhoto era unicelular, ou na generalidade tinha duas divisões. Poucos foram os exemplos de sobrados pluricelulares. Desse modo, mais que uma classificação tipo, a distinção funcional das várias dependências na verticalidade é por si um indicador da categoria social dos indivíduos e "sinal de uma cultura habitacional bastante requintada" (Sarti, 2001: 172).

No piso térreo ficavam as cortes do gado, o cortelho, a adega e a loja, que servia para as arrumações, e geralmente a cozinha (Oliveira, 1992: 518-519). O piso superior estava reservado à habitação. A localização da cozinha, ora térrea, ora no sobrado, constituiu uma das principais discrepâncias entre as fontes documentais e as fontes iconográficas. Do universo total destas últimas (43), 51,2% das casas de sobrado a cozinha situam-se no piso superior.

A casa representada na figura 3 coincide com a casa de sobrado do Baixo Minho do período moderno, tal qual é referida na nossa documentação. Para além das duas cortes e de um cortelho, era no piso térreo que se situava a cozinha; o piso superior era constituído por dois compartimentos. Observa-se a mesma organização espacial nas casas do inventário de Salvador Francisco e sua mulher Francisca da Costa realizado em 1754: "Umás casas com cozinha térrea, sobrado repartido com dois repartimentos e uma loje com varanda e camaretas, quinteiro e rexió que serve de horta".¹⁵

Figura 3: Casa das Machadas (Silva, Barcelos)

Muito embora neste exemplo não esteja especificado em que piso é que se encontram as referidas dependências, é evidente que o piso superior seria constituído pelos dois compartimentos, e o piso térreo pelas restantes dependências, loja e cozinha. Na varanda estariam as tais *camaretas*. A cozinha era térrea, anexa aos edifícios secundários (Oliveira, Galhano, 1998: 43). Durante o dia as atividades de trabalho agrícola desenvolviam-se no piso térreo, sendo por isso mais funcional que as atividades de trabalho doméstico e de convívio coletivo também aí se desenvolvessem; era na cozinha que a mulher fiava o linho, trabalhava e criava os filhos, que a família se reunia e recebia as visitas. A cozinha era, em suma, a “divisão chave no funcionamento da residência” (Távora, Pimentel, Menéres, 1980: 39).

Na figura 4, a lareira central está representada por um buraco no chão em madeira. Ao lado da lareira, num dos cantos está o forno e junto dele a masseira onde se faz e guarda o pão.

Na figura 5 podemos observar o “banco de sentar ao lume”, tantas vezes referido na documentação. Muito embora não haja a certeza de este remontar ao período da nossa análise, ele permite recriar este elemento da vida quotidiana rural. Os potes de ferro não faltam em nenhuma das representações (figuras 4 e 5). Para além do mobiliário e utensílios de cozinha, as cozinhas possuíam nichos, poiais e bancas. As paredes denegridas pelo fumo testemunham a ausência de chaminé nas casas rurais.

Figura 4: Cozinha de sobrado



Figura 5: Cozinha da Casa de Sá (Sequeade, Barcelos), 1784



As casas de sobrado possuíam características que as diferenciavam na paisagem. Distinguíam-se das casas térreas não só em altura, mas num maior refinamento arquitetônico, possuindo escada exterior e varanda. O acesso ao piso superior fazia-se por uma escada exterior em pedra, paralela ou perpendicular à fachada, que ascendia ao limiar da entrada, ao pátio ou à varanda. Como salientam os autores da obra *Arquitetura Popular Portuguesa*, "se há coisa em que o minhoto capricha é na escada principal da sua casa" (Távora, Pimentel, Menéres, 1980: 49). Nas casas de sobrado fotografadas, predomina a escada de pedra robusta e austera, embora nos inventários orfanológicos raramente seja referida.

Figura 6: Casa dos Novais (Feitos, Barcelos), finais do século XVIII

A varanda servia de corredor exterior ligando “a entrada da casa com qualquer quarto ou sala”; o comprimento variava consoante o número de dependências que convinha servir (Idem: 81). Do total das casas de sobrado, 45 fizeram referência à varanda.

Como sublinham Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, a varanda era “um dos traços característicos fundamentais da casa nortenha” (Oliveira, Galhano, 1998: 50). Para além de corredor, este espaço era utilizado para arrumação e sequeiro.¹⁶

Figura 7: Casa de Sá (Sequeade, Barcelos), 1784

A varanda era muitas vezes objeto de transformação e adaptação; a falta de espaço, por exemplo, levava a que se construíssem pequenos compartimentos nas suas extremidades. Esta tendência observou-se não só nas casas de sobrado fotografadas como nas benfeitorias inventariadas. Veja-se o exemplo do inventário de Antónia Maria de Abreu de 1805: “um quarto na varanda forrado e pintado”.¹⁷

A varanda tanto podia ser aberta como fechada com tabuado de madeira. Neste caso, mais que um corredor, este espaço transformava-se num dos compartimentos que respondia às necessidades familiares e do trabalho doméstico, nomeadamente a tecelagem. Esta atividade era desenvolvida no chamado “quarto do tear”, alojado geralmente na varanda.

Figura 8: Casa do Eirigo (Areias de Vilar, Barcelos), segunda metade do século XVIII



A varanda e a escada em pedra completavam a casa de sobrado, mesmo dos lavradores mais modestos. O mesmo não se poderá dizer da chaminé. Não temos nenhuma referência a chaminés nos testamentos, tal como Margarida Durães aferiu para as freguesias do termo de Braga (Durães, vol. I, 2000: 198). Nos inventários orfanológicos só temos menção a uma chaminé numa casa de sobrado, descrita também nas benfeitorias. À data do inventário, 1795, este sobrado pertencia ao inventariado Custódio Fernandes do casal do Souto Velho, reguengo, sito na freguesia de Santa Maria de Sobradelo.¹⁸ O casal foi avaliado em 1.015.900 réis e era constituído por campos, leiras, devesas, soutos e a casa de sobrado. Curiosamente, esta casa desviou-se bastante do padrão normal das casas de sobrado da documentação consultada.

Não há referência a cortes, o que não significa que não as tivessem. Como albergariam os semoventes inventariados – dois bois, três vacas e um bácoro? Segundo a descrição da referida casa, no piso térreo ficaria a loja e nada mais. As cortes, na nossa perspectiva, estariam nesse mesmo piso ou então mais afastadas da casa de habitação por forma conferir-lhe maior distanciamento relativamente à atividade agrícola.

Voltando à estrutura habitacional do inventariado Custódio Fernandes do casal do Souto Velho, no piso superior uma “ casa de sobrado, cozinha de sobrado com sua chaminé, escadas, varandas e pátio de pedra”. A casa de sobrado pode ser entendida como um compartimento, e a cozinha, outro. Mas a localização deste último compartimento no piso superior, com uma chaminé, torna esta casa excepcional (muito embora a cozinha no sobrado não tenha sido comum na documentação escrita, foi-o na documentação fotográfica, como já referimos). Estamos perante uma família de estatuto elevado. Os indicadores de riqueza não passam unicamente pela casa de morada e bens fundiários. O mobiliário, do qual consta um guarda-roupa de duas portas, um oratório pintado, duas mesas com gaveta, dois catres torneados, seis escabelos, dois bancos de sentar ao lume e uma banca, é de igual modo reflexo de riqueza e de algum conforto. A ourivesaria, a indumentária, assim como a roupa de casa inventariada corroboram e salientam o seu estatuto. Vejamos: fivelas de prata, cordão, laça, brincos, e contas de ouro; colcha de chita da Índia forrada de *futelié* com seu galão amarelo, saias de seda, meias, roupinhas de pano carmesim, chapéu etc., e ainda a chocolateira.

Figura 9: Casa do Eirigo (Areias de Vilar, Barcelos)



Na modesta casa térrea ou de sobrado o fumo que enegrecia as paredes era expelido para o exterior não por uma chaminé mas, como se observa na figura 9, através de telhas levantadas, pelas fissuras das paredes de pedra, pela porta e pelas janelas. A chaminé é, segundo alguns autores, um elemento relativamente recente (Idem: 34). Apenas nas grandes casas rurais avulta de forma imponente; na casa do camponês pobre e mediano não existia, tanto em Portugal como no resto da Europa. O fumo escurecia as paredes da cozinha; daí que, como salienta Raffaella Sarti, ao quarto da cama denominassem “quarto branco” e ao quarto da chaminé, “quarto preto” (2001: 159).

A casa de sobrado desta região compunha-se, em suma, de um piso térreo, geralmente para a cozinha, cortes de gado e arrumações, e outro superior, para habitação, acessível por uma escada exterior de pedra, onde avulta a varanda larga e corrida (Oliveira, 1992: 518-519). As referências às casas-torre foram muito parcas, e curiosamente só foram inventariadas no concelho de Barcelos.

Segundo Manuel Sílvio Conde, as casas-torre não teriam “desempenhado um papel verdadeiramente defensivo”, ou seja, não teriam sido construídas para esse efeito, mas, sobretudo, com o intento de cobrar rendimentos (2004: 32). Não seria o caso dos inventariados que fazem parte da amostra, uma vez que todos eles eram foreiros e não proprietários plenos. Contudo, a data da sua edificação teria sido muito anterior à da do inventário, e quem sabe se já não teriam pertencido a proprietários plenos.

No entanto, verificamos que todas as casas-torre foram inventariadas sempre com cozinha térrea. Desse modo, entendemos que as casas-torre inventariadas não seriam do tipo senhorial. Seriam casas simples, não muito diferentes da casa de sobrado, erguendo-se apenas um pouco mais uma das suas extremidades, como se observa na figura seguinte.

No entanto, a edificação da torre poderá estar associada à necessidade dos proprietários de evidenciar o seu estatuto ou um momento de ascensão social, ou ainda, como sublinha Liliana Conceição Silva Pereira, “honrar um lugar” (Pereira, 2007: 422).¹⁹

Na parte superior da torre haveria talvez um compartimento e na parte inferior uma espécie de loja que servia para armazenar os produtos agrícolas ou guardar as ferramentas de trabalho.

Importa agora abrir a porta da cozinha térrea ou da casa de sobrado. Uma primeira conclusão a que chegamos é que a casa rural voltava as costas para o caminho público.

A fachada principal, por oposição à casa senhorial, abre-se para o interior, esconde-se dos olhares alheios e protege-se das chuvas do sudoeste.

É para e com a atividade agrícola que a casa rural adquire vida e sentido, transformando-se, como já citámos, numa “alfaia agrícola”. As cortes do gado e o cortelho do porco, assim como a loja, não podiam faltar na casa rural. Se não estivessem integradas no mesmo edifício estariam contíguas.

Figura 10: Casa dos Novais (Feitos, Barcelos), finais do século XVIII



Figura 11: Casa do Forno (Rendufinho, Póvoa de Lanhoso). Fachada principal



Figura 12: Corte do gado da Casa de Sá (Sequeade, Barcelos)



Figura 13: Adega da Casa de Sá



Figura 14: Coberto e eira da Casa das Lages (Cunha, Barcelos)



Junto à habitação, erguiam-se algumas construções de suporte à atividade agrícola: estruturas de armazenamento, das quais faziam parte a adega, o alpendre, o coberto e o palheiro, e espaços abertos para a secagem dos produtos agrícolas e criação de galináceos, como a eira, o quinteiro, o rexió ou o eido.

Relativamente às estruturas de armazenamento, não abundam informações a seu respeito nos inventários orfanológicos e nos testamentos a eles apensos (Conde, Vieira, 2004: 32).

As adegas, no universo total, apenas 10 inventários fazem referência a esta estrutura, ora designado de “casa da adega” ora de “cortelo da adega”. A loja, que servia para arrumação, também podia servir de adega, como se atesta no inventário de João Carvalho de Araújo, de 1800, da freguesia de São Martinho de Águas Santas: “uma loja que serve de adega”.²⁰ O chão de terra batida armazenava as cubas e pipas de vinho verde, de ramada ou de “enforcado”.

Figura 15: Portal fronho da Casa de Real (Bastuço São João, Barcelos), finais do século XVIII



O coberto, de colmo ou de telha, foi geralmente inventariado de “coberto da eira”. Esta designação reflete a relação de dependência entre o espaço telhado ou colmado (coberto) e o espaço aberto (eira). Depois de desfolhado o milho, malhava-se e deixava-se secar na

eira para ser guardado no varandão ou no coberto. A eira, segundo a documentação escrita, era sempre ladrilhada para evitar que os produtos agrícolas se espalhassem pela terra e se estragassem.²¹ Para além da eira, não faltou na descrição da casa rural o rexió ou eido, o qual, juntamente com o quinteiro, se transformava numa “autêntica sala ao ar livre” (Távora, Pimentel, Menéres, 1980: 38).

Esta “sala aberta” era circundada pela casa de habitação, pelas dependências secundárias, pelos muros e pelo portal fronho ou portal de carros. As inscrições, quando as há, foram feitas na padieira do portal. Este, para além de servir de entrada para o gado, era a porta principal da casa de lavoura. Depois de fecharmos o portal, importa perceber como e onde se desenvolviam as atividades do quotidiano.

A ESPECIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DA CASA RURAL DO BAIXO MINHO

Aspetos econômicos, como o custo do foro, a aquisição do imóvel ou ainda o custo da sua construção apresentam-se como fatores determinantes para o número de divisões existentes (Servais, 1988: 32). Não obstante, neste período, como adianta Fernanda Olival, nem todas as habitações teriam grande especialização de espaços (Olival, 2011: 250). A documentação confirma que à medida que nos aproximamos da casa mais elementar, maior era a presença da multifuncionalidade. Na casa térrea unicelular, predominante nos inventários do concelho de Barcelos, não existia diferenciação entre sala, quarto e cozinha; um único espaço organizacional concentrava toda a vida doméstica.

A especialização funcional acentua-se na casa de sobrado, visto que a parte inferior estava reservada ao abrigo dos animais e à guarda e armazenamento de produtos, enquanto o piso superior se destinava ao recolhimento noturno (Conde, Vieira, 2004: 13). Todavia, no que respeita apenas à estrutura habitacional, a especialização funcional só se torna evidente nas casas pluricelulares. Veja-se o exemplo da casa do inventariado Custódio Francisco, lavrador abastado da freguesia de São Paio de Brunhais, cujo inventário data de 1789: “Casa de vivenda que se compõe de quatro salas, três quartos, uma cozinha com atenção a telha e madeiras, uma varanda e loges por baixo, uma barra com três cortes e portal”.²²

Este inventariado era foreiro e proprietário. Tinha nove filhos, sete rapazes e duas raparigas, que ao tempo da sua morte estavam quase todos casados. O mobiliário arrolado não confirma qual seria o espaço usado para dormir, porque são apenas referidos cinco catres, que tanto podiam estar distribuídos pelos quartos como pelas salas.²³ Os móveis inventariados não chegariam para encher os diversos compartimentos: três cadeiras; um

caixão que poderia servir de mesa; um bufete; quatro bancos, dois de encosto, que tanto podiam estar distribuídos nas salas como na cozinha; duas bancas; e algumas caixas. Contudo, esta casa de sobrado permitia conferir ao agregado um certo conforto e alguma intimidade para o casal.²⁴

Nas casas bicelulares, quarto e cozinha foram as divisões mais inventariadas. Nesta tipologia, a multifuncionalidade continuou a predominar embora de forma mais ponderada quando comparada com a casa unicelular. Todavia, o “princípio da divisão funcional” continuava a ser “apenas esboçado” (Conde, Vieira, 2004: 12). Todos os elementos do agregado doméstico, pais e filhos, serviam-se do mesmo espaço para pernoitar, amontoando-se catres, colchões, simples tábuas, caixas e até uma ou outra mesa, ou seja, não havia privacidade nem “distinção entre o privado e o público” (Segalen, 1999: 282). Este modo de habitar, em áreas reduzidas, dava azo a comportamentos promíscuos. Por exemplo, no conjunto de moradias eborenses analisadas por Fernanda Olival, 50% tinham apenas um ou dois compartimentos, os quais não respondiam às necessidades do agregado, uma vez que, na maior parte dos casos, o número de elementos que o compunham era bastante superior. Sendo, por isso, as condições de habitabilidade propícias a tais comportamentos (Olival, 2011: 252). Segundo Alain Collomp, quer em Lorena como na Alta Provença, Borgonha ou ainda nos vales dos Pireneus, mesmo nas casas de vários compartimentos “a cama ou as camas ainda se encontram no mesmo compartimento em que se vive, em que se acende o fogo e em que se preparam e depois se consomem os alimentos” (Collomp, 1990: 517). No concelho de Guimarães encontramos uma casa de sobrado bicelular de 1796 que mantém vestígios dos modos de habitar do século XVIII. No piso inferior persiste a loja e no superior um quarto e a cozinha.

Como se observa na figura 16, este compartimento, ainda hoje, serve não apenas para dormir mas também para as ocasiões mais solenes. O Sr. Manuel tem três filhos e segundo ele, todos dormiam ali, “cá nos arranjavamos”. Saliu que este espaço foi sempre sala e quarto em simultâneo. O mobiliário seria adaptado ao número de elementos do agregado. Se observarmos a figura com precisão, verificaremos que para além da cama e da mesa há uma caixa e num dos cantos do quarto a “retrete” ou a “necessária”. Nos inventários e testamentos não houve referência a esta dependência. O mesmo se observou nas casas fotografadas; esta casa foi uma exceção. As necessidades fisiológicas durante o dia seriam satisfeitas ao ar livre, no campo ou em qualquer outro espaço; à noite, os elementos do agregado doméstico servir-se-iam de bacias. Nos inventários e testamentos as descrições referentes ao quarto revelam que se tratava de uma peça simples. Houve apenas referência ao teto, geralmente forrado a madeira à semelhança do que se observa na figura 16.

Figura 16: Quarto/sala da casa do Sr. Manuel (Longos, Guimarães), 1796



A cozinha era um espaço polivalente, na qual se passava a maior parte do tempo, sobretudo as mulheres, que preparavam os alimentos, criavam os filhos e faziam os trabalhos do linho e lã. Seria o único espaço da casa com uma nota de conforto, proporcionado pelo aconchego da lareira (Conde, Vieira, 2004: 13). A polivalência não era tão acentuada nas dependências secundárias. As cortes albergavam o gado; o cortelho o porco; na adega armazenava-se o vinho; a loja, mais polivalente, servia para armazenar os produtos do campo e as alfaias; no coberto ou alpendre, guardava-se o milho e outros produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A traça arquitetónica da casa rural do Baixo Minho variou consoante a riqueza dos seus proprietários. No mundo rural, a dimensão da atividade agrícola definiu a dimensão e o número de compartimentos da casa. O pequeno camponês possuía uma simples casa térrea, pouco iluminada, semelhante a um casebre ou abrigo. Outros, à medida que adquiriam maior capacidade económica, acrescentavam um ou dois compartimentos ao já existente, por forma

a aumentar o espaço disponível. A agregação de mais uma ou duas “casas” ao núcleo inicial determinou a presença de três categorias de casas térreas (unicelular, bicelular e pluricelular). A casa térrea unicelular, constituída por um compartimento, coadunava no mesmo espaço todas as atividades do quotidiano. Na casa térrea bicelular, havia já uma esboçada separação funcional. A cozinha, centro nevrálgico da vida quotidiana, deixava de estar inserida no espaço onde supostamente se pernoitava. Tanto na casa térrea unicelular como na bicelular, os edifícios ligados à atividade agrícola estavam presentes, ficando a corte do gado ou o cortelho do porco geralmente contíguos.

A existência de espaços separados para homens e animais não era acessível a todos, mas apenas ao lavrador médio e abastado. A casa de sobrado reflete uma cultura habitacional mais apurada; o piso inferior era reservado à atividade agrícola, o superior para pernoitar, visto que a cozinha continuava geralmente térrea; a escadaria e a varanda tornavam a construção funcional.

Na paisagem, a altura das casas permitia identificar a qualidade do seu proprietário. O mesmo se pode dizer relativamente à dimensão dos muros que circuitavam todo o complexo habitacional e que rematavam no portal fronho ou portal dos carros, principal acesso à casa rural.

Não obstante a tipologia da casa enquanto elemento de identificação do estatuto dos indivíduos, importa salientar que o conforto não existia no nível arquitetónico, tanto na casa térrea como na casa de sobrado. A polivalência era a nota dominante. A planta da maioria das casas impedia a privacidade do indivíduo, não distinguindo público do privado, e facilitava a promiscuidade.

NOTAS

1 Expressão cedida a título pessoal (negrito nosso).

2 No que respeita à cronologia das casas fotografadas, importa salientar que a maioria não contém inscrição cronológica cravada nas padieiras da porta ou do portal principal. Esta prática verificou-se sobretudo nas grandes casas rurais e muito raramente nas casas do pequeno camponês. Ao que se acrescenta, nestes últimos, a ausência de registos notariais, uma vez que, na generalidade, os bens eram transmitidos “oralmente”, tendo os herdeiros, na atualidade, dificuldade em registar as casas no momento da partilha.

3 A casa bloco corresponde à casa térrea; a casa pátio corresponde à casa de sobrado. (Demageon, s/d: p. 15).

4 Morada de casas térreas. In Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3595, 1763.

5 Rexion, rocion – expressão corrente em Guimarães e Barcelos para designar pátio fechado, anexo à casa, onde andavam as galinhas (Vasconcelos, vol. VI, 1983: p. 167).

- 6** Portal fronho – portal grande constituído por duas portas pelas quais passava o gado (Idem). Portal de carros foi a expressão corrente nos inventários do concelho da Póvoa de Lanhoso para designar o mesmo que portal fronho.
- 7** Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (doravante AMAP), “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-3-2-23, 1803.
- 8** Idem, ct. C-3-2-21, 1801.
- 9** Informação prestada a título pessoal.
- 10** ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 2845, 1799.
- 11** *Idem*, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 2858, 1769 (negrito nosso).
- 12** *Idem*, Barcelos, ct. 3516, 1755.
- 13** AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-2-2-46, 1798.
- 14** Estas características não se limitaram à casa rural minhota, mas à casa rural portuguesa (Oliveira, Galhano, 1998: p. 37).
- 15** ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 354, 1754.
- 16** Sequeiro – anexo à casa de lavoura, onde se guarda e expõe ao sol os produtos da terra – milho, feijão, etc... (Távora, Pimentel, Menéres, 1980: 39)
- 17** AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-1-5-59, 1805.
- 18** Idem, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-7-1-190, 1795.
- 19** Liliana Pereira sublinha, ainda, que no período medieval, uma das formas para alargar as honras era a construção de uma casa – torre (2007: 422).
- 20** ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 16, 1800.
- 21** Idem, ct. 2621, 1778; idem, ct. 141/1, 1797; AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-7-2-127, 1780 etc.
- 22** ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 27, 1789.
- 23** Em vários locais da Europa, as camas distribuíam-se pelos cantos das salas (Collomp, 1990: 515).
- 24** Rivka Bercovici chama atenção para as mudanças que ocorreram entre os séculos XVII e XIX ao nível da palavra “íntimo”. A intimidade, no período clássico, significava uma espécie de retiro em face do mundo, um isolamento voluntário em face da companhia dos outros (1988a: 59).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERCOVICI, Rivka. Dans l’intimité des parisiens avec les inventaires après-décès (1840-1881). In BAULANT, Micheline; SCHUURMAN, A. J.; SERVAIS, P. (eds.). *Inventaires après-décès et ventes de meubles: apports à une histoire de la vie économique et quotidienne (XIVe-XIXe siècle)*. Louvain-la-Neuve: Academia, 1988, pp. 59-68.
- BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, vol. II, 1712-1728.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII. As estruturas do quotidiano: o possível e o impossível*. Lisboa: Teorema, vol. I, 1992.

CAPELA, José Viriato, NUNES, João A. O concelho de Barcelos do Antigo Regime à Primeira República – fontes para o seu estudo. *Separata da Barcellos-Revista*, 1983.

COLLOMP, Alain. Famílias. Habitações e coabitações. In ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (eds.); CHARTIER, Roger (dir.). *História da vida privada. Do Renascimento ao século das Luzes*. Porto: Afrontamento, vol. III, 1990, pp. 501-541.

CONDE, Manuel Sílvio; VIEIRA, Marina Afonso. Habitação e a arquitectura corrente do Norte Trasmontano em finais da Idade Média. In GONÇALVES, Iria (coord.). *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemática*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade de Nova de Lisboa, vol. I, 2004.

DEMANGEON, Albert. Problèmes de géographie humaine. Citado por OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando. Arquitectura. In LIMA, Fernando de Castro Pires de (dir.). *A arte popular em Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo vol. I, s/d., pp. 13-137.

DURÃES, Margarida. A casa rural minhota: papel e significado no contexto hereditário – séculos XVIII e XIX. *Cadernos do Noroeste, Tempos, espaços, sociedade e cultura*. Braga: Ciências Sociais da Universidade do Minho, vol. I, n.º 1, 1987, pp. 81-96.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão. A construção corrente em Santarém, no século XV: alguns exemplos. In RAMOS, Luís A. de Oliveira; RIBEIRO, Jorge Martins; POLÓNIA Amélia (coord.). *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I, 2001, pp. 457-473.

FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa, 1995.

MADUREIRA, Nuno Luís. *Lisboa. Luxo e distinção. 1750-1830*. Lisboa: Fragmentos, 1990.

MESTRE, Victor. Arquitectura popular no arquipélago da Madeira, património atlântico. Bases para a sua reabilitação enquanto património cultural. *Separata da Revista Islenha*, n.º 23, Funchal, Jul-Dez., 1998, pp. 89-112.

MOORE, John, citado por BAULANT, Micheline. Nécessité de vivre et besoin de paraître les inventaires et la quotidienne. In BAULANT, Micheline; SCHUURMAN, A. J.; SERVAIS, P. (eds.). *Inventaires après-décès et ventes de meubles: apports à une histoire de la vie économique et quotidienne (XIVe-XIXe siècle)*. Louvain-la-Neuve: Academia, 1988^a, pp. 9-17.

OLIVAL, Fernanda. Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios. In MATTOSO, José (dir.); MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas (coord.). *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Maia: Círculo de Leitores, vol. II, 2011, pp. 244-275.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de. Casa. In SERRÃO, Joel (coord.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, vol. I, 1992, pp. 518-519.

_____; GALHANO, Fernando. *Arquitectura tradicional portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

PEREIRA, Lílina Conceição Silva. Quinta dos Cavaleiros – contributo para o estudo da casa – torre. *Actas do I Congresso internacional, Casa Nobre. Um património para o futuro*, Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2007, pp. 421-445.

PINA-CABRAL, João de. A casa do Noroeste. In CARDOSO, J. Pires (dir.). *Revista Análise Social*, vol. XXIII, (95), 1987, n.1, pp. 151-163.

_____. *Filhos de Adão, filhas de Eva: a visão do mundo camponesa no Alto Minho*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

PESEU-MASSABUAU, Jacques. *La maison, espace social*. Paris: Presses Universitaires de France, 1983.

RIBEIRO, Orlando. Povoamento e circulação. In _____. LAUTENSACH, Hermann (eds.); DAVEAU, Suzanne (org.). *Geografia de Portugal. O povo português*. Lisboa: João Sá da Costa, vol. III, 1989.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais*. Lisboa: Teorema, 1998.

RODRIGUES, Fernando António Matos. *Casas e diferenciação social*. Tese de Mestrado, Braga: Universidade do Minho, 1999.

SARTI, Raffaella. *Casa e família. Habitar, comer e vestir na Europa Moderna*. Lisboa: Estampa, 2001.

SEGALEN, Martine. *Sociologia da família*. Lisboa: Terramar, 1999.

SERVAIS, Paul. Inventaires et ventes de meubles: apports à l'histoire économique. In BAULANT, Micheline; SCHUURMAN, A. J.; SERVAIS, P. (eds.). *Inventaires après-décès et ventes de meubles: apports à une histoire de la vie économique et quotidienne (XIVe-XIXe siècle)*. Louvain-la-Neuve: Academia, 1988, pp. 30-35.

SILVA, António de Moraes. *Novo Dicionário compacto da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, vol. I, 1813.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da. *Território e poder. Nas origens do Estado contemporâneo em Portugal*. Cascais: Patrimonia, 1997.

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÉRES, António. Zona 1 – Minho. In *Arquitetura popular em Portugal*, 2.^a ed., Lisboa: A.A.P, 1980, pp. 4-111.

VASCONCELOS, José Leite de. *Etnografia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, vol. VI, 1983.